, 24 Abril 2012 - 12:59:12

**TRABALHO I** O governo federal publicou decreto condicionando o recebimento do seguro-desemprego à matr ícula do trabalhador demitido em um curso de qualifica ç ão profissional nos casos em que o benef ício é solicitado pela terceira vez em um prazo de dez anos.

**TRABALHO II** O decreto ainda precisa ser regulamentado. O texto publicado ontem diz que o curso de qualifica ç ão precisa ser regulamentado pelo Minist ério da Educa ç ão, ter á carga hor ária m ínima de 160 horas e ser á concedido atrav és da Bolsa-Forma ç ão Trabalhador, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Tecnol ógico e Emprego (Pronatec).

**TRABALHO III** Se n ão houver um curso de forma ç ão profissional compat ível com o perfil do trabalhador no munic ípio ou regi ão metropolitana onde vive, o seguro-desemprego n ão ser á suspenso.

TRABALHO IV Pelas regras do seguro-desemprego, t êm direito ao seguro os trabalhadores desempregados que tiverem sido demitidos sem justa causa. Aqueles que trabalharam com carteira assinada entre 6 e 11 meses nos últimos tr ês anos t êm direito de receber at é tr ês parcelas do seguro. Quem trabalhou de 12 a 23 meses no per íodo pode receber at é quatro parcelas.

**TRABALHO V** J á quem esteve empregado com registro por mais de 24 meses nos últimos tr ês anos pode receber at é cinco parcelas do seguro-desemprego. O valor do benef ício varia de R\$ 622 (o sal ário m ínimo atual) a R\$ 1.163,76, de acordo com a m édia salarial dos últimos sal ários anteriores à demiss ão.

**TRABALHO VI** Os desembolsos federais com o pagamento do benef ício, apesar dos n íveis historicamente baixos de desemprego no pa ís - a taxa de fevereiro ficou em 5,7% na m édia das seis regi ões metropolitanas pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estat ística (IBGE) - t êm crescido muito nos últimos anos. Fonte: Folhapress

**TRANSPORTES** A Comiss ão de Servi ços de Infraestrutura (CI), do Senado, discutiu nesta quinta-feira (19/04) os atrasos na implementa ç ão do programa ferrovi ário brasileiro e o modelo adotado para grandes hidrel étricas em constru ç ão no Pa ís. Os integrantes da CI querem tratar dos temas diretamente com os ministros dos Transportes, Paulo S érgio Passos, e das Minas e Energia, Edison Lob ão, n ão descartando a possibilidade de realiza ç ão de audi ências p úblicas com especialistas. Leia mais aqui .

PR É-SAL I A partir de 2006, a descoberta dos reservat órios do pr é-sal mudou o patamar das reservas petrol íferas do Pa ís. Formada h á 150 milh ões de anos, a camada possui grandes reservat órios de óleo leve. As rochas do pr é-sal t êm extens ão de 800 quil ômetros do litoral brasileiro, desde Santa Catarina at é o Esp írito Santo, e atingem at é 200 quil ômetros de largura. Desde ent ão, a Petrobras anuncia novas reservas, a última foi no dia 12 de abril passado, com a descoberta de uma acumula ç ão de petr óleo de boa qualidade em po ço localizado ao norte do campo de Lula, na Bacia de Santos.

PR É-SAL II Um recurso natural que pode mudar a hist ória do Brasil, se a riqueza proveniente da explora ç ão do pr é-sal for usada de fato no desenvolvimento do Pa ís. O consultor t écnico do projeto Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento , Carlos Monte, na entrevista a seguir, defende o estabelecimento de metas de extra ç ão e exporta ç ão do petr óleo e seus derivados que n ão comprometam a prioridade ao consumo interno. Leia mais aqui

**GUERRA DOS PORTOS** A nova al íquota de 4% foi aprovada sob press ão do Governo Federal, como uma das provid ências para reativar a produ ç ão industrial brasileira, dando fim à chamada guerra dos portos , nome que se deu à iniciativa tomada por alguns estados de conceder incentivos fiscais aos empres ários que utilizassem portos em seus territ órios para importar mercadorias que depois seriam transferidas a outros Estados. Santa Catarina, Esp írito Santo e Goi ás foram os estados que mais utilizaram esse expediente, contr ário às regras tribut árias, e se tornaram a porta de entrada de milhares de toneladas de produtos vindos do exterior, tributando-os em apenas 3%, enquanto os demais estados cobram 7% ou 12%, conforme o destino. A redu ç ão da al íquota para 4% para as opera ç ões interestaduais com importados anula a vantagem tribut ária que os estados guerreadores vinham tendo em rela ç ão aos demais. Leia mais aqui.

China descarta medida antidumping contra celulose brasileira A embaixada da China no Brasil afirmou que o governo chin ês n ão tomar á medidas antidumping em rela ç ão à celulose brasileira. A informa ç ão foi dada pelo ministro conselheiro da entidade para a área econ ômico-comercial, Wang Qingyuan, durante a 2 ª Confer ência da Ind ústria Florestal Latino-Americana. A possibilidade havia sido aventada depois que o governo brasileiro aplicou medidas para dificultar a importa ç ão de pap éis, incluindo a an álise de um poss ível antidumping para o papel asi ático. Qingyuan criticou a postura do Brasil e acrescentou que a China é a maior importadora da celulose brasileira. Esse material é processado, convertido em papel e depois exportado para o Brasil. Por isso, n ão acho racional [o antidumping ao papel asi ático]", completou. Revista Tecnologia Gr áfica

Akad amplia sua linha de impressoras de cart ões A Akad lan çou a Datacard SP30 Plus, impressora colorida de cart ões PVC para tiragens pequenas a m édias. Ela utiliza dois m étodos diferentes de impress ão no cart ão: sublima ç ão de tinta para imagens fotogr áficas precisas e com cores vivas e transfer ência t érmica em resina para texto e c ódigos de barra em preto n ítido. O equipamento imprime at é 160 cart ões coloridos ou 750 cart ões monocrom áticos por hora e possui resolu ç ão de 300 dpi. Revista Tecnologia Gr áfica

Jorge Caetano Ferminobÿ